

Marina Silva, senadora pelo estado do Acre e ex-ministra do Meio Ambiente (governo Lula)

Responsável pelo projeto de regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade. Antes de sair do ministério do Meio Ambiente em 2008, lançou o Plano Amazônia Sustentável. Foi deputada estadual pelo Acre e vereadora pela capital Rio Branco.

Quais são suas expectativas para a conferência de Copenhague?

Acho que estamos avançando. Ultimamente transitamos da ideia de não ter compromisso para assumir que teremos compromisso. E obviamente que se tivermos compromissos, sejam eles metas voluntárias ou apenas o objetivo, isso é igualmente vinculante. Quando você apresenta com um documento na comissão, mesmo que você não esteja como os países do anexo 1 dizendo que é uma meta, se for na forma de compromisso objetivo, isso já é automaticamente vinculante, e eu espero que o Brasil possa ir com uma meta para todos os setores, para a energia, para a agricultura, indústria e o desmatamento.

O que falta para o governo incorporar o sentido de urgência na implementação de políticas públicas para tratar a questão ambiental?

Eu acho que o sentido de urgência está sendo dado pela sociedade brasileira. A academia está mostrando que é possível ter metas, iniciativas vindas de governos estaduais, dos governadores do Amazonas, agora o de São Paulo, estão mostrando que é possível sim ter compromisso em relação à emissão de CO₂. Obviamente dentro do governo havia uma divisão entre o ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, que eu espero possa ser resolvida para que possamos chegar em Copenhague com uma proposta à altura do que o Brasil pode fazer. O Brasil pode liderar duas vezes. Pode liderar entre os emergentes, mostrando que é possível um país em desenvolvimento se comprometer com metas e liderar junto aos países desenvolvidos criando constrangimento ético de que eles que têm emissões históricas, maiores volumes de recursos, melhores condições tecnológicas e devem assumir uma meta de redução à altura do que nós precisamos alcançar em 2050.

O governo tem como cumprir a meta de redução de 80% do desmatamento com recursos próprios ou precisará de dinheiro externo?

É fundamental que se estabeleça parcerias. Os países desenvolvidos devem fazer transferência de tecnologia e recursos para os países em desenvolvimento mudarem seus modelos de desenvolvimento. Agora, um país como o Brasil, o que ele levar a partir daqui pode ser independentemente desses aportes. Óbvio que para aprofundar os seus esforços precisará de apoio e é justo que precise, não só o Brasil, como a Índia, a China, o México, a África do Sul. Todos os países em desenvolvimento vão precisar de apoio porque há emissões históricas dos países desenvolvidos e os países em desenvolvimento nem tem emissões históricas, eles têm emissões atuais. Então é fundamental que haja esse processo de apoio para que se faça mudança de modelo de desenvolvimento. Agora, no caso do Brasil, quando nós conseguimos esse um bilhão junto a Noruega não foi para começar o trabalho, foi em cima do trabalho já feito.

O que podemos esperar da discussão sobre o código florestal?

Eu espero que haja um esforço de todos os partidos no Congresso para que não se tenha o retrocesso que setores da bancada ruralista estão propondo. Aí não é só uma questão de governo, é uma questão de todos os partidos que têm responsabilidade com a legislação infraconstitucional no Brasil. Principalmente os dois maiores partidos, os que estão na base do governo, mas também a oposição. Porque nós temos uma legislação de vinte anos que está sob-risco nesse código ambiental. Estão em risco o sistema nacional de unidade de conservação, as leis dos crimes ambientais, a política nacional de meio ambiente, enfim as leis que foram aprovadas

recentemente como é o caso da lei de gestão de florestas públicas. Isso é algo muito grave e que deve ser enfrentado por todos os partidos que têm compromisso em não termos retrocesso na agenda ambiental do Brasil.